

A QUESTÃO DA IDEOLOGIA EM ANTONIO GRAMSCI

THE QUESTION OF IDEOLOGY IN ANTONIO GRAMSCI

BRANDÃO, Nágela Aparecida¹
DIAS, Edmundo Fernandes²

“Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: Elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.”
GRAMSCI, *Concepção Dialética da História*, p. 62-3.

RESUMO

Este artigo, fruto de reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado, tem o propósito de trabalhar a questão da ideologia a partir da obra de Antonio Gramsci. O que chamou a atenção na análise do referido autor foi o caráter “positivo” que ele deu ao conceito de ideologia. Ao contrário de enfatizar-lhe o lado “negativo” ou defini-la como falsa consciência, “mascaradora” da realidade social, Gramsci afirma ser a ideologia uma concepção de mundo definidora e constituidora do real.

Palavras-chave: Ideologia; Hegemonia; Estado; Antonio Gramsci.

ABSTRACT

This article, results of reflections developed in the master's degree dissertation, has the purpose of working the subject of the ideology starting from Antonio Gramsci's reference work. What attracted attention in the referred author's analysis was the character "positive" that he gave to the ideology conception. Unlike to emphasize him the side "negative" or to define him as false conscience, which masks the social reality, Gramsci states that the ideology is a world's conception which define and which constitute the real.

Key-words: Ideology; Hegemony; State; Antonio Gramsci

¹ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais; doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas.

INTRODUÇÃO

Este artigo, fruto de reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado, tem o propósito de trabalhar a questão da ideologia a partir da obra de Antonio Gramsci. O que chamou a atenção na análise do referido autor foi o caráter “positivo” que ele deu ao conceito de ideologia. Ao contrário de enfatizar-lhe o lado “negativo” ou defini-la como falsa consciência, “mascaradora” da realidade social, Gramsci afirma ser a ideologia uma concepção de mundo definidora e constituidora do real.

Partindo desta idéia, considerou-se uma série de indagações sobre qual seria, então, o papel da ideologia na definição dos processos históricos e nas escolhas políticas dos sujeitos sociais (já que ela está indiscutivelmente ligada a realidade); em que medida permite revelar o caráter dos caminhos seguidos pelas classes, suas contradições e até que ponto a intervenção nos elementos ideológicos é imprescindível para as modificações na realidade social empreendidas pelas classes.

A busca da resposta a estas questões somente tornou-se possível quando pensou-se a ideologia articulada a outras categorias de importância central no pensamento do autor italiano, a saber, as categorias de hegemonia e Estado, e, além disso, o problema teórico e prático do economicismo (com o qual Gramsci se defrontou quando pensava na construção da hegemonia das classes subalternas).

Desta forma, espera-se que esta reflexão possa auxiliar na interpretação das atuais modificações processadas no capitalismo e os desafios colocados para o projeto de emancipação dos trabalhadores.

O QUE É IDEOLOGIA?

Para entender o que é ideologia em Gramsci é preciso, em primeiro lugar, afirmar a história. Pensar a questão da ideologia como ligada a sua época, relacionada aos movimentos das forças sociais (cujos interesses sustenta, organiza e confere materialidade), e não como um mero conjunto de idéias abstratas ou normas lógicas. Ou seja, como permite, a partir dessas forças, a construção das formas de sua intervenção na realidade. Em segundo lugar, é preciso partir da perspectiva de uma crítica radical ao economicismo³. Estas foram, por certo, das suas principais contribuições para a teoria marxista.

Segundo Gramsci, a ideologia não é mero epifenômeno do econômico, nem falsa consciência, nem sistema de idéias. Ela é concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza, “*é unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção*”⁴. Não se trata, como vimos, de um conjunto de realidades espirituais, nem de simples aparência artificial, a ideologia tem uma existência material, encontra-se materializada nas práticas, é “constituidora

³ O economicismo é ele próprio uma visão de mundo e de ciência. Sua forma mais brutal refere-se à visão reducionista do advento inexorável do socialismo pelo acirramento das contradições na economia capitalista. Este conceito será aprofundado no item 4 deste artigo.

⁴ Gramsci, A. *Quaderni del Carcere*. Edição crítica de Valentino Gerratana, Turim, Einaudi, 1975 p. 1378-1379.

do real”⁵. Ela é “(...) *uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas*” (GRAMSCI, 1978 p. 16). Neste sentido, a ideologia se identifica com a filosofia, com as superestruturas, com a política.

Portanto, o que define a ideologia é sua situação real em determinado tipo de sociedade e o princípio que a norteia é o de “*que as idéias não nascem de outras idéias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real*” (GRAMSCI, 1978 p. 22).

Neste ponto, cabe salientar que estas visões de mundo nunca são apenas fatos individuais, mas sim expressão da vida comunitária de um bloco social, de um sujeito coletivo real, razão pela qual Gramsci as chama de “ideologias orgânicas”. São elas que, através de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrarias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrarias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1978 p. 62-3).

As ideologias se exprimem de modos variados, seja através da chamada filosofia espontânea, “*peculiar a todo mundo*”, contida na linguagem, no senso comum e no bom senso, na religião popular e no sistema de crenças e superstições (folclore)⁶, seja por um meio mais elevado de abstração e melhor elaborado, a “*filosofia*”, que é crítica e superação das demais (GRAMSCI, 1978 p. 11). Interessante ressaltar que, para Gramsci, a “*filosofia*” é uma forma superior de ideologia por permitir sua universalização, isto é, a passagem “*catártica*” “*do momento puramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político...*” (GRAMSCI, 1978 p. 53).

Além disso, o senso comum e a filosofia não são únicos:

(...) não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico”. Também “não existe uma filosofia geral, mas sim diversas filosofias ou concepções de mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas (GRAMSCI, 1978 p.14).

As ideologias são múltiplas e contraditórias entre si porque, conforme resalta Dias (1995, p. 27), são racionalidades de diversas classes, em diversos momentos e conjunturas. Ou seja, os interesses sociais, que se colocam historicamente e se articulam de modo conflitante, se manifestam nos diversos discursos ideológicos.

⁵ Ver, por exemplo, a análise gramsciana do Americanismo onde para ele, “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, pensar e de sentir a vida...” (GRAMSCI, 1980 p. 396).

⁶ Contudo, o senso comum para Gramsci não constitui um pensamento mais elaborado uma vez que prima pela ausência de coerência e unidade. O senso comum não passa de um grupo de idéias desarticuladas. Já a religião tem dois fatores que a limitam: primeiro, o fato de que a crença impõe limites à crítica e questionamento; segundo, na prática, a igreja sempre manteve um elo de separação entre dirigentes e fiéis, reprimindo seus intelectuais e impedindo a elevação cultural intelectual dos simples.

Neste sentido, a ideologia tem papel decisivo, essencial na organização social, não só por ter força real, mas também porque qualquer modificação estrutural para a manutenção e/ou modificação das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos. As ideologias “*organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc*” (GRAMSCI, 1978 p. 62)⁷.

Esta construção já estava em Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, (1984, p. 72) da seguinte maneira:

As idéias ('Gedanken') da classe dominante são em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.

Mais a frente os autores também mostram a necessidade de intervenção nos elementos ideológicos para a classe que se quer dominante:

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (p.74).

Essa compreensão foi sufocada e passou a predominar nas obras dos marxistas uma concepção mais pobre: a da falsa consciência. Gramsci recupera a fecunda análise de *A Ideologia Alemã* e afirma que se a ideologia cria a unidade entre uma visão de mundo e a prática a ela correspondente, pode-se, no entanto, encontrar com frequência contradições entre a teoria e a prática, isto é, um relativo desequilíbrio entre o fato intelectual e a norma prática de conduta, tanto em nível individual quanto coletivo. A partir daí coloca-se a questão:

Qual será então a real concepção de mundo: aquela logicamente afirmada como fato intelectual, ou aquela que resulta da atividade real de cada um, que está implícita no seu agir? E dado que o agir é sempre um agir político, não se pode dizer que a filosofia real de cada um está contida por inteiro na sua política? (1978, p. 15).

Nosso autor nos explica que esta oposição entre a intenção e o gesto só demonstra a existência de contradições nos variados momentos e conjunturas, que a incompatibilidade entre o pensar e o agir aparece em função da disputa, do conflito entre projetos das classes. Mostra ainda que determinados grupos podem ser induzidos a apoiar valores e procedimentos adversos aos seus interesses vitais, expressando

(...) contrastes mais profundos de ordem histórico-social. (...) Significa que um grupo social, que tem uma concepção de mundo, sua, própria, ainda que embrionária, que se manifesta na ação, (...) ocasionalmente, (...) tomou, por razões de submissão e

⁷ As várias ideologias, dos diversos períodos históricos representam a consciência, a organização através da qual as classes se relacionam e se confrontam. Trata-se de manter ou negar a forma dominante de organização da sociedade. Este conflito se manifesta nas diversas formas ideológicas.

subordinação intelectual, uma concepção não sua, por empréstimo de outro grupo (GRAMSCI, 1978 p. 16).

Trata-se aqui de uma escolha política que acaba por demonstrar qual é o nível de crítica (ou submissão) que se tem em relação a outras visões de mundo e qual o nível de consciência prática e a coerência orgânica que determinado bloco social tem de si mesmo. O potencial de subordinação ou de resistência ao projeto dominante é resultante deste nível de consciência que se tem em relação a si mesmo e ao projeto que se quer implementar. Se partirmos da afirmação de que todo homem participa de algum modo de uma visão de mundo, que *“todos são filósofos, e que a atividade filosófica, cultural, intelectual”* é possível a todos, cabe a este homem, de acordo com seu nível de consciência, escolher participar de uma visão de mundo imposta, contrária aos seus interesses vitais, subordinada a um projeto que não é o seu ou elaborar sua própria forma de viver, de modo crítico e consciente.⁸

Este raciocínio nos conduz a uma outra pergunta: o que leva uma classe a construir sua visão de mundo de forma fragmentária, subordinada intelectualmente à outra e sem se conhecer/conceber como produto histórico, sendo seu pensar e agir incompatíveis? Uma pista para responder esta questão está na incapacidade desta mesma classe de elaborar uma concepção de mundo própria, autônoma e realizar sua hegemonia.

HEGEMONIA E IDEOLOGIA

O conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois se esta última significa visão de mundo, a primeira trata da construção desta visão. Neste sentido, seguindo a leitura realizada por Dias (1991) em seu ensaio “Hegemonia: nova *civiltà* ou domínio ideológico”, entendemos hegemonia como construção de uma concepção de mundo e a sua realização. Esta decorre de três condições básicas:

- a capacidade de uma classe fundamental (subalterna ou dominante) de elaborar uma visão de mundo própria, autônoma;
- a realização de uma reforma intelectual e moral que promova a *“elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade”* e que nada mais é do que a criação *“(…) de um terreno para o desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização”*, da qual o partido deve ser o porta-voz e o organizador (GRAMSCI, 1980 p.8-9); e

⁸ Nas palavras de Gramsci, “(...) é preferível pensar sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, participar de uma concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente externo, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde a sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou província, pode se originar na paróquia e na atividade intelectual do vigário ou do velho patriarca, cuja sabedoria dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para ação) ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente a marca da própria personalidade?” (1966, p. 12).

- a capacidade de esta mesma classe disputar politicamente esta visão, elaborar um campo de lutas a partir do qual ela possa mobilizar vontades em torno do seu projeto, definir políticas de intervenção no real e fazer alianças.

Portanto, ao contrário da interpretação de vários autores que vêem a hegemonia como simples obtenção de mera maioria política, para Dias, este conceito está ligado à construção de uma racionalidade nova, de uma “*nova civiltã*”. Trata-se de uma reforma intelectual e moral que é também uma reforma econômica, posto que esta última é a forma concreta desta reforma intelectual e moral se apresentar⁹.

Logo, a construção de uma nova hegemonia implica na necessidade de construir uma nova racionalidade não somente sua materialidade como também suas premissas ideológicas e políticas. Para tanto, é preciso desencadear um permanente processo de desconstrução - construção das relações sociais, das ideologias, e ele somente se realiza a partir de uma avaliação correta da correlação de forças na sociedade.

Dito de outro modo, para a realização da nova hegemonia o conhecimento das relações de forças na sociedade é essencial para a mobilização da vontade coletiva nacional em torno da nova racionalidade. Este conhecimento funciona como indicador de problemas e organizador das ações futuras.

A questão que se coloca para Gramsci aqui é a da necessidade de saber distinguir na estrutura da sociedade quais são os elementos orgânicos (“relativamente permanentes”), quais são os conjunturais (ocasionais), e como eles se combinam. Esta avaliação é imprescindível para o “partido” que toma para si a tarefa de organização da vontade coletiva, pois é a partir desta análise que a estratégia de intervenção política vai sendo definida¹⁰.

Na reflexão de Gramsci sobre a correlação de forças, ele distingue três momentos ou “graus”. Num primeiro instante, os agrupamentos, as classes existem objetivamente de acordo com o nível de desenvolvimento da economia no qual cada um ocupa uma função na produção. Aqui a classe ainda não se coloca politicamente. É a “*relação das forças sociais estreitamente ligadas à estrutura*” e que “*permite verificar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação...*” (1980, p. 49).

⁹ “(...) a hegemonia pressupõe (...) que se levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativo, mas é também indubitável que tais compromissos e sacrifícios não podem referir-se ao essencial, dado que a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 1980 p. 48).

¹⁰ Segundo Gramsci, quando se analisa um período da história, é importante saber distinguir os fenômenos orgânicos dos conjunturais. Pois se a história é o “locus” tanto da afirmação quanto da crise da hegemonia, sabendo distingui-los é possível verificar o caráter das crises. E a duração destas pode mostrar “que se revelaram (amadureceram) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (...) formam o terreno “ocasional” sobre o qual se organizam as forças antagonistas, que tendem a demonstrar (...) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinados encargos possam e, por conseguinte, devam ser resolvidos historicamente...” (1980, p. 46)

É num segundo momento que se pode avaliar o patamar de consciência e identidade alcançada pelos grupos sociais. Ele pode ser distinguido em três níveis: primeiro, no nível econômico-corporativo, em que o grupo profissional se identifica, mas ainda não se organiza enquanto classe. Segundo, no nível de consciência de classe em que existe solidariedade em torno dos interesses do grupo social mais amplo, porém, ainda na dimensão econômica. Na terceira fase, a classe ultrapassa o terreno corporativo e se constitui em Estado.

(...) é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente transformam-se em "partido", entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral (GRAMSCI, 1980 p. 50).

O terceiro e último momento é o da relação das forças militares, decisivas principalmente em duas situações: *"o da criação de um novo bloco histórico (revolução francesa, revolução russa) e a da libertação nacional"* (DIAS, 1991 p. 08).

Porém, para o autor italiano, a correta análise da relação de forças deve obedecer a dois princípios:

- 1) que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução não existam já as condições necessárias e suficientes, ou elas não estejam em vias de aparição e de desenvolvimento;
- 2) que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída, sem antes ter desenvolvido todas as formas de vida que estão implícitas nas suas relações (GRAMSCI, 1980 p. 45).

Além da análise da relação de forças real na sociedade, todo movimento político que se pretenda hegemônico, todo processo de formação de uma consciência e identidade novas precisa criticar o conjunto das ideologias anteriores. Este processo de criação de um novo Estado implica na criação de uma nova ideologia, de uma nova filosofia e de uma reforma intelectual e moral. O que se coloca para Gramsci é a reforma que empreenda ao mesmo tempo a luta contra a ideologia burguesa e a crítica ao senso comum que compõe a consciência das classes subalternas e as mantém na condição de subordinadas à ideologia dominante¹¹. E o processo desta crítica passa por um "conhece-te a ti mesmo", pela consciência daquilo que realmente somos, por se ver como produto de um processo histórico.

Torna-se necessário, então, criar uma leitura própria da história, e, para tanto, criar uma linguagem nova, identificada com sua realidade. Isto significa até a introdução de novos termos e a reinterpretação de termos de uso corrente, de modo a facilitar o entendimento acerca das questões políticas.

¹¹ "A história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada. É indubitável que na atividade histórica destes grupos está presente a tendência à unificação mesmo no plano prático, mas esta tendência é continuamente interrompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, pode ser demonstrada apenas como um ciclo histórico completo, se esta se conclui com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem-se; só a vitória 'permanente' interrompe, e não imediatamente, a subordinação" (Cadernos do Cárcere, 1975 p. 2283).

Na realidade, toda corrente cultural cria uma linguagem sua, isto é, participa no desenvolvimento geral de uma determinada língua, introduzindo termos novos, enriquecendo com conteúdo novo termos já em uso, criando metáforas, servindo de nomes históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações políticas (GRAMSCI, 1980 p. 170).

Ao criar esta leitura própria da história, a lógica do novo projeto poderá ser explicitada e, a partir daí, erodir o alicerce do projeto anterior. Cabe lembrar que não basta criticar o anterior, mas torna-se necessário destruir suas condições de existência (DIAS, 1995).

Neste processo de crítica acontece uma reformulação no peso relativo dos variados componentes das ideologias anteriores. Aquilo que aparecia em segundo plano, ou como elemento ocasional, torna-se o centro, o enfoque principal a partir do qual o conjunto constitutivo da nova ideologia se desenvolve. A velha concepção de mundo se esvai em suas contradições, uma vez que o que era subordinado se torna o referencial.

Mas não se trata da mera destruição do velho. É um movimento de crítica e superação, desconstrução do discurso antigo e construção do novo (discurso aqui entendido como *“conjunto de práticas que ele viabiliza ou impossibilita e não apenas a sua forma teórica”* - DIAS, 1995). A arquitetura deste novo está alicerçada na construção das condições para que a nova racionalidade se instaure. O capitalismo, por exemplo, para se constituir enquanto modo de produção dominante na Europa teve que destruir a forma de viver anterior, toda antiga institucionalidade para possibilitar a generalização da sua racionalidade. Pois, *“a hegemonia realizada significa a crítica real de uma filosofia, a sua dialética real”* (GRAMSCI, 1978 p. 94). Isto se deu através da criação de um novo Estado que viabilizou a dominação capitalista.

Para Gramsci, Estado e Partido são elementos fundamentais para a construção da hegemonia socialista. Esta última, iniciativa de um sujeito coletivo organizado, tem no partido o recurso essencial para a realização da tarefa de organizar e expressar a vontade das massas, ser referência (horizonte) na qual a nova racionalidade possa se instalar. Ou seja, um partido *“que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado”* (1980, 22)¹².

Portanto, ao **partido**, *“elemento complexo da sociedade no qual já tenha início o concretizar-se de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação”* (1980, p. 5), cabe o trabalho de desenvolver o sistema de relações intelectuais e morais e organizar as vontades para que a nova racionalidade possa se instalar. Gramsci está pensando aqui em um partido que viabilizasse a emancipação política dos trabalhadores e se constituísse em um novo tipo de Estado. Um partido que promovesse a elevação intelectual e moral das massas em relação a uma existência

¹² Além disso, os partidos políticos na sociedade moderna significam a unidade entre a difusão de uma concepção de mundo e sua prática política e ética correspondente, são os “experimentadores” de tal modo de viver. Eles são “a pedra-de-toque da unificação de teoria e prática, entendida como processo histórico real” (GRAMSCI, 1978 p. 22). Eles detêm o papel de ser o intelectual coletivo, síntese da intenção e do gesto das classes trabalhadoras nele organizadas.

fragmentária criando o campo privilegiado onde a vontade coletiva fosse mobilizada em torno do novo projeto.

Se o partido opera no campo da política, educando o proletariado e fazendo-o ultrapassar o egoísmo corporativista, **os sindicatos**, por sua vez, são instrumentos criados para a defesa dos trabalhadores frente à potência e arbítrio capitalistas. São importantes e eficazes na medida em que asseguram condições mais vantajosas na venda da força de trabalho e impõem o reconhecimento de direitos dos oprimidos. No entanto, o sindicato (a organização econômica) por si só não permite ultrapassar os limites impostos pela legalidade capitalista, ainda que possa melhorar as condições materiais da classe.

A organização econômica tem essencialmente fins imediatos, principalmente econômicos, servem para constituir fileiras, mas estas devem ser mantidas sempre íntegras e compactas, por uma idéia geral, por um fim distante que imponha uma disciplina constante e metódica (GRAMSCI, 1916¹³, apud DIAS, 2000, 95-6).

Além disso, se não existe uma ativa participação do associado no cotidiano da organização, ou seja, se a ação econômica e política encontram-se dissociadas e desordenadas, os dirigentes acabam adquirindo “(...) *uma autoridade e uma importância que não deveriam ter, de acordo com o espírito igualitário e essencialmente democrático das organizações*” (GRAMSCI, 1918¹⁴ apud DIAS, 2000, 95-6). Criam-se funcionários especialistas em alcançar vantagens para o operário na venda da força de trabalho. Neste processo,

o sindicato torna-se capaz de construir pactos, assumir obrigações, assim ele obriga o empresário a aceitar uma legalidade nas suas relações com o operário, legalidade que é condicionada pela confiança que o empresário tenha na solvibilidade do sindicato, na confiança que o empresário tenha na capacidade do sindicato de obter da parte das massas operárias o respeito pelas obrigações contraídas (GRAMSCI, 1920¹⁵ apud DIAS, 2000 p. 167).

Para que se mantenham na direção, estes funcionários acabam por tornarem-se defensores da “legalidade industrial”, constituindo uma casta burocrática distante da massa operária¹⁶.

Este processo não é inevitável, mas para que não aconteça, faz-se necessário a articulação orgânica com a classe. Neste sentido, é fundamental criar organismos culturais que permitam integrar a prática política e a prática econômica freqüentemente dissociadas, pensar as diversas formas de organização operária que, partindo da crítica ao capitalismo, possam construir a hegemonia socialista. As instituições/organismos da classe operária, dentro da perspectiva da construção da hegemonia socialista, são espaços educativos, de intensificação da cultura, de preparo para assumir a “gestão social”, pois, “(...) *apenas por um trabalho solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca nascerá a ação concreta*

¹³ “Labirinto”, *Avanti!*, 8/6/1916 in Cronache Torinesi 1913-1917, p.352-353.

¹⁴ “Il patto d’alleanza”, *Il Grido del popolo*, 12/10/1918, in *Il Nostro Marx*, p.318.

¹⁵ “Sindacati e consigli”, *L’Ordine Nuovo*, 12/6/1920, in *L’Ordine Nuovo*, p.547.

¹⁶ É neste quadro que se inscreve, para Gramsci, a crise das instituições do movimento operário após a Primeira Guerra. Para maiores detalhes, ver Dias (2000).

de construção” (GRAMSCI, 1919¹⁷ apud DIAS, 2000, 164). O desafio que se coloca é pensar as organizações operárias como classistas e revolucionárias, destinadas à destruição/construção do Estado.

Cabe, ainda, ressaltar o papel que os intelectuais têm nesta concepção de partido e sindicato. Existem dois tipos principais de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos. Os primeiros são aqueles ligados a uma classe que foi dirigente no passado e não mais o é¹⁸. Já os intelectuais orgânicos são aqueles que se formam junto com determinada classe tendencialmente hegemônica. São os organizadores, construtores, aglutinadores da vontade coletiva para a realização da hegemonia desta classe. Uma massa não se distingue, não constrói sua identidade sem se organizar, e, a organização pressupõe a existência de intelectuais.

A formação dos intelectuais da burguesia dá-se de forma mais sistematizada, seja através da escola ou do mundo da produção, já que ela dita a racionalidade da sociedade. Para as classes subalternas, ao contrário, esta formação tende a ser de forma fragmentária e errática, pois elas são organizadas dentro da lógica dominante. Os partidos e os sindicatos constituem, então, espaços fundamentais de concretização da formação destas classes.

O partido não é senão o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de se formar, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e já não mais no campo da técnica produtiva (GRAMSCI, 1980, p. 14).

Porém, é importante lembrar que quando Gramsci pensa a questão dos intelectuais em relação às classes subalternas tendencialmente hegemônicas, este conceito está voltado para a afirmação da necessidade de superar a separação entre governados e governantes, entre o processo de elaboração e o de execução¹⁹. O partido, à medida que busca se constituir em uma vontade coletiva hegemônica, precisa elaborar sua identidade não só através da crítica ao projeto dominante, mas também buscando elevar seus integrantes, estimulando sua formação, criando o seu próprio projeto. Para Guimarães (1996, 72), tal proposição tem tamanha importância, pois, significa afirmar o papel dirigente das classes subalternas, sua ativa participação na solução dos problemas a elas colocados, significa, enfim, a socialização do político.

Em outros termos, se para Gramsci todos os homens e mulheres são filósofos (ou seja, participantes de alguma forma de uma visão de mundo), e se a mobilização para a construção de uma nova ideologia parte da crítica ao senso comum e da elevação intelectual dos estratos mais baixos, reconhece-se que o espaço da política deve estar ao alcance das amplas massas e a função dirigente das classes

¹⁷ “Democrazia operária” L’Ordine Nuovo, 21/6/1919, in L’Ordine Nuovo, p.87.

¹⁸ Um exemplo deste tipo de intelectual pode ser encontrado nos estratos eclesiásticos no momento da transição do sistema feudal para o capitalista.

¹⁹ “Ao formar-se o dirigente, é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade desta divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?” (GRAMSCI, 1980 p. 19)

subalternas deve ser construída. Ao mesmo tempo, faz a crítica ao personalismo e ao autoritarismo, e ainda, à elaboração da teoria pela teoria sem uma ligação com o real - pois o papel dirigente dos trabalhadores é construído historicamente e decorre da sua ação consciente e não da crítica “racional” elaborada por um conjunto de intelectuais.

Por fim, o conceito de hegemonia parece ter um papel central no pensamento “gramsciano”, não somente por problematizar a questão da emancipação dos trabalhadores, mas também como categoria de interpretação dos processos históricos. A noção de hegemonia só é possível a partir de uma unidade entre teoria e prática, uma vez que este conceito expressa a vontade coletiva organizada em torno de um projeto (visão de mundo), objetivada no econômico, no político, no campo das idéias e em qualquer manifestação da vida individual e coletiva. Neste sentido, ela procura resolver o problema de manutenção da unidade ideológica de todo um bloco social. Além disso, conforme indica Guimarães (1996, p. 71), este conceito permite ainda compreender os processos históricos sem economicismo e mecanicismo. A história se apresenta como cenário tanto de construção, de conservação, quanto de superação da ordem hegemônica. Em outros termos, a história é um campo de possibilidades, “*locus*” onde as classes sociais elaboram suas vontades, se organizam em torno dos seus projetos e lutam. Para completar, o conceito de hegemonia, ainda segundo Guimarães (1996, p. 71), é, na prática, o processo de emancipação dos trabalhadores, de construção como busca da identidade e da elevação intelectual e moral em relação a uma existência fragmentária e sem sentido através da desconstrução do Estado burguês e da construção de um novo tipo de Estado.

ESTADO E IDEOLOGIA

O Estado para Antonio Gramsci está articulado “organicamente” à sociedade, isto é, faz parte dela. Aqui o autor, além de criticar algumas visões economicistas e reducionistas do marxismo que viam o Estado como aparelho coercitivo, polemiza, também, com a tradição liberal que, partindo da oposição entre sociedade civil e sociedade política, pensa o Estado como um “ente” superior e neutro em relação às classes, como expressão de todos os interesses da sociedade indistintamente. Esta rígida separação entre os reinos do privado (da sociedade civil) e do público (o Estado de caráter “universal”) defendida pelos liberais leva-os a propor o chamado “Estado Mínimo” que restringe os poderes e o campo de intervenção do Estado para ampliar o espaço privado do capital²⁰.

Para Gramsci, ao contrário, a distinção entre sociedade civil e Estado é de natureza metodológica e não orgânica, o que o faz pensar o estado como ligado à sociedade, vinculado ao conjunto das vontades coletivas que se articulam e organizam, expressando contraditoriamente as relações e as subjetividades nele presentes.

O conceito gramsciano de Estado incorpora a sociedade civil e a sociedade política. Coutinho (1989, p. 76-77) define sociedade civil como sendo formada

²⁰ Para os liberais, “a atividade econômica é própria da sociedade civil, de forma que o Estado não deve intervir na sua regulamentação” (GRAMSCI, 1980 p. 149).

pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização materializada da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massas), etc”, e a sociedade política como “estado no sentido estrito (...) formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar.

Cabe aqui, no entanto, destacar os limites do conceito que restringe a sociedade civil ao conjunto de instituições privadas, tomado como indiferenciado, homogêneo e, conseqüentemente, aprisiona a luta de classes ao plano da “institucionalidade”. Além disso, a pura referência aos aparelhos de hegemonia (identificados como privados e sociedade civil) e aos aparelhos repressivos (identificados como públicos e sociedade política) podem reduzir o rico debate gramsciano ao campo do institucional, abandonando as práticas e minimizando as relações classistas em benefício das formas de mediação. Corre-se, portanto, o risco de confundir a leitura gramsciana da sociedade civil com a leitura liberal (BOBBIO, por exemplo, entre outros). Nessa leitura liberal não apenas as classes desaparecem, mas e isso é absolutamente relevante, perdem o sentido do antagonismo que é transformado em diferença no interior da ordem vigente.

Nas palavras de Dias

Um dos erros vitais na análise da sociedade civil é pensá-la como uma articulação de instituições indiferenciadas, expressão de interesses universais, não contraditórios, sem caráter classista. Tem-se, assim, uma concepção homogeneizadora, subalternizante. (...) A articulação entre instituições se faz sempre no processo objetivo da luta. Pensar a questão da sociedade civil do ponto de vista dos trabalhadores requer sua articulação com os movimentos sociais organizados. Isto nos permitirá mudar o foco de análise, marcar diferenças e explicitar projetos. Isto não implica ignorar o plano das instituições, nem política nem analiticamente. Pelo contrário. Ao colocar o movimento social com toda a sua contraditoriedade, no centro da luta social, percebe-se o alcance real da sociedade civil como forma de articulação social (1997 p. 67 - grifo nosso).

Desse modo, o Estado expressa a articulação do conjunto das relações sociais mediadas pelos modos de vida e pelas formas institucionais de uma dada formação histórico-social. Essa institucionalidade é concretizada por instituições, sejam educativas, sejam repressivas, sempre marcadas pelo horizonte do antagonismo classista. O Estado é sempre um Estado de classe. O Estado, ao constituir-se como forma de dominação e organização das classes, se equilibra entre a tarefa de “educar” as massas, adaptando-as a determinado tipo de comportamento (conformismo) e, ao mesmo tempo, busca reprimir todo aquele comportamento inadequado às formas de viver e produzir socialmente dominantes.

A classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos (privados, semipúblicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na sociedade civil (GRAMSCI, 1980 p. 149).

Combinando atividades educativas com coercitivas, o Estado organiza a vida imprimindo a forma de conceber o mundo do grupo social fundamental (hegemônico ou dominante) sobre a totalidade dos grupos subordinados. É o organismo “destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (GRAMSCI, 1980 p. 50). Por certo, como bem ressalta Dias (1991, p.17), cada novo modo de produção propõe uma maneira de resolver a questão da materialidade e

cria as condições políticas, institucionais para tal resolução. Qualquer Estado, ao ser constituído, exige a elaboração de uma concepção de mundo que torne possível aquela forma de viver. O capitalismo, por exemplo, para se colocar como hegemônico, precisou criar um estado, inaugurando uma nova ética, uma nova concepção de direito e disseminando sua forma de ver o mundo por toda sociedade. Elaborou leis, orientou hábitos e transformou seus interesses privados em ideais de toda sociedade, conseguindo, assim, o consentimento dos grupos subordinados para um “conformismo de novo tipo”²¹. O capitalismo precisou criar um Estado que é “*ao mesmo tempo seu produto e sua condição de existência*” (DIAS, 1996). Ele é o universo ideológico através do qual a burguesia conseguiu incorporar as diversas classes ao seu projeto.

Ao analisar o processo de expansão do capitalismo da sua época, Gramsci percebe que em sociedades, onde este ideário se tornou o senso comum dessas sociedades será menos necessário o uso da força²² ou seja, quanto mais consolidado estiver o capitalismo, maior ênfase será dada às dimensões de direção do que ao uso da força (sem ignorá-lo, é claro) e maior será a supremacia burguesa. Assim,

fordismo, regime parlamentar, e formação intensa de modos uniformes e estandardizados de valores (conformismo de massas) formavam, na hipótese gramsciana, os três tentáculos articulados de modernização do Estado burguês e de sua ‘trama privada’ (GUIMARÃES, 1996, p. 61).

Já na análise do fascismo na Itália, a ênfase dada à função de domínio e à concentração do poder no aparelho de Estado, mostra uma classe burguesa incapaz de se unificar nacionalmente e de articular a sociedade em torno de um projeto nacional. Classe esta que diante do grau de radicalidade da tendência antagonista do movimento operário e socialista e também limitada ideologicamente, porque incapaz de propor uma visão ideológica capaz de assimilar as demais classes, precisou de um estado fascista que a substituísse e exercesse suas funções no processo de desenvolvimento capitalista: “*o estado fabrica o fabricante*”.

Além disso, o Estado é o espaço onde os interesses das classes dominantes se articulam e formam a unidade necessária para a reprodução do seu domínio. É, nas palavras de Dias (1991, p.17) “*a política concentrada das classes dominantes*”. Trata-se, a um só tempo, da universalização e da garantia de suas políticas de acumulação e reprodução. Além disso, ele é produto da articulação de diversas lutas entre dominantes e dominados dando-lhe um caráter plural, hierarquizado e contraditório (GUIMARÃES, 1996 p. 59-60). Plural, uma vez que no seio das classes

²¹ Neste sentido, como nos diz Gramsci, “a revolução que a classe burguesa provocou na concepção do direito e, portanto, na função do Estado, consiste especialmente na vontade de conformismo (...) As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a elaborar uma passagem orgânica das outras classes às suas, a ampliar a sua esfera de classe “tecnicamente” e ideologicamente: a concepção de casta fechada. A classe burguesa situa-se como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado se transforma: o Estado torna-se educador, etc” (1980, p. 147).

²² “O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações - os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 1980 p. 116).

dominantes não existe um único projeto, mas vários que lutam pela direção do Estado. Hierarquizado lembrando aqui que o processo hegemônico implica na necessidade de se fazer sacrifícios de ordem econômico corporativo, desde que não comprometa o essencial. Contraditório uma vez que é expressão também dos interesses das classes dominadas que se colocam através da pressão das mesmas.

Este Estado não pode ser simplesmente destruído, “não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido metafísico, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido” (GRAMSCI: 1980, p. 6). Para as classes subalternas se coloca um desafio: a construção de uma nova ideologia, de uma nova concepção de mundo, enfim, de um novo Estado²³.

SOBRE O ECONOMICISMO.

O economicismo é um dos elementos mais importantes que auxiliam no entendimento dos motivos pelos quais uma classe se subordina intelectualmente a outra. Ele não pode, para Gramsci, ser considerado um problema abstrato, mas uma prática política e um dos principais responsáveis pelas derrotas sofridas pelos movimentos operários italiano e alemão após a Primeira Guerra Mundial. Aqui ele dialoga particularmente com a Segunda Internacional que dava a revolução proletária como conseqüência inevitável e necessária do desenvolvimento das contradições da economia capitalista. O marxismo, com todo seu potencial crítico, e após a sua primeira fase de divulgação massiva, se encontrava reduzido à mera descoberta das leis naturais e objetivas do desenvolvimento da economia capitalista²⁴.

Neste sentido, o economicismo “*não passa de um aspecto do liberalismo, justificado com algumas afirmações mutiladas, e por isso banalizadas da filosofia da práxis*” (Gramsci, 1980, p.33)²⁵. Ele representa a subordinação das classes subalternas ao projeto ideológico do grupo dominante, pois aprisiona a possibilidade destas empreenderem a tarefa da construção de uma racionalidade nova às determinações

²³ Torna-se necessário para isto a ampliação da esfera da classe subalterna, onde alguns elementos corporativos da mesma são deixados de lado e o consentimento da sociedade para o seu projeto é buscado. Projeto este que permite expressar sua visão de mundo. Projeto que para se colocar como horizonte ideológico das outras classes deve dirigir as classes aliadas e dominar as que se opõem a sua visão de mundo. Ao mesmo tempo em que busca o desarranjo, a inviabilização dos projetos das outras classes, tenta inseri-las em sua racionalidade. Neste campo de ação das classes, da disputa ideológica e da constituição de seus Estados, a questão da hegemonia torna-se eminente.

²⁴ Isto se choca frontalmente com a análise desenvolvida por Marx em O Capital, e toda crítica à ciência econômica de sua época: ele demonstra a função neutralizante “que a abstração da troca desempenha, mostrando o surgimento do ‘político’, das antíteses de classe, a partir daquilo que a Political Economy, verdadeira ciência do poder da época, apresentava como ‘não político’: a neutralidade da troca entre capital e força de trabalho” (Giacomo Marramao, em O político e as transformações. Críticas do capitalismo e ideologias da crise entre os anos vinte e trinta, Belo Horizonte, Oficina de Livros Ltda, 1990, citado por GUIMARÃES, 1996).

²⁵ Para Gramsci, o liberalismo ou movimento da livre troca parte do erro teórico de distinguir sociedade política da sociedade civil para afirmar que a atividade econômica é própria da sociedade civil e não cabe ao Estado intervir ou regulamentar. Porém, na realidade, sociedade civil e política se entrelaçam, levando Gramsci então a considerar o liberalismo também como “uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico”. O liberalismo é portanto, um programa político com objetivos específicos de modificar o Estado segundo os interesses do grupo dominante (1980, p. 32).

do econômico. Ou seja, estas classes se tornam impedidas de realizar sua visão de mundo, de desenvolver e alcançar a “fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado” (GRAMSCI, 1980 p. 79)²⁶.

Desse modo, a autonomia das classes subalternas é sacrificada e elas são mantidas na fase econômico-corporativa, nos limites do imediato, não conseguindo transitar da sua condição de subalternidade para uma condição independente e dominante. E isto acontece porque, como nos explica Gramsci, a supressão da sua condição de subalternidade nem ao menos é colocada (não se coloca uma alternativa), ou porque esta problemática é elaborada de maneira incoerente e ineficaz, ou porque se pretende que se salte da forma de viver dos grupos à forma de viver da plena igualdade e da economia sindical automaticamente.

O economicismo pode se apresentar sob as mais variadas formas e, de acordo com Gramsci, ele se caracteriza por:

- 1) entender o fato econômico como interesse pessoal ou de um pequeno grupo, num sentido imediato. Não se considera as relações que permeiam a formação de uma classe econômica, mas o interesse individual como dissociado do político.
- 2) por reduzir o desenvolvimento econômico a uma série de inovações técnicas nos instrumentos de trabalho, ou à descoberta de uma nova matéria-prima ou novo combustível, transformando tais elementos em determinantes do movimento histórico. Assim, não há lugar para as expressões da vontade e iniciativas políticas e intelectuais, pois a evolução social está dada pelo desenvolvimento econômico.

O economicismo expressa, portanto, uma atitude alheia das classes subalternas em relação à vontade e ação políticas. Ao negar a intervenção destas últimas, o economicismo afirma o automatismo das leis econômicas, das leis de um desenvolvimento histórico exterior ao homem, como uma segunda natureza, uma realidade já definida da qual ele é subordinado²⁷. O desenvolvimento econômico é reduzido às leis das mudanças técnicas nos instrumentos de trabalho e subordinado

²⁶ Fazendo a crítica à “contaminação” economicista do marxismo, Gramsci lembra que “a filosofia da práxis perde uma grande parte da sua expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual, tanto quanto adquire entre as massas populares e entre os intelectuais medianos, que não pretendem cansar o cérebro, mas pretendem parecer sabidíssimos, etc” (1980, p.37). A partir da análise de Nicola Badaloni, em *Liberdade Individual e Homem Coletivo em Antônio Gramsci*, Guimarães (1996) nos lembra que o cerne da ideologia burguesa é transformar as relações sociais em simples determinações da livre troca no mercado, reduzir a sociedade ao economicismo. Este último significaria então, “uma expressão da hegemonia burguesa sobre o pensamento marxista”.

²⁷ “O economicismo procede por reduções. O conceito de formação social desaparece diante do conceito de modo de produção, que é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. O modo de produção é reduzido à esfera do ‘econômico’. Logo se reduz o conjunto das forças produtivas às relações de produção, vistas como base e motor da história. Um outro erro dessa visão é a redução das forças produtivas à tecnologia. Concluído esse círculo vicioso o marxismo está devidamente reduzido a um conjunto de dogmas. De redução em redução cai-se na famosa contradição Trabalho-Capital, tomada universal e abstratamente. Trata-se não de uma racionalidade classista, mas de uma abstração vazia, com o que caímos na mais brutal metafísica: as forças produtivas são a expressão da liberdade dos homens em relação às forças da natureza. Todas as demais contradições parecem desaparecer em uma espécie de Triângulo das Bermudas. Este é um dos erros fundamentais do esquematismo economicista” (DIAS, 1995 p. 5-6).

à descoberta de novas matérias-primas e novas formas de produção²⁸. Toda a história humana fica reduzida ao dinamismo das forças produtivas, mas fundamentalmente ao seu elemento técnico²⁹.

Em suma, para a doutrina economicista a base econômica encontra-se dissociada da política, das leis. Ou seja, a superestrutura torna-se um mero reflexo mecânico da base econômica³⁰. A ideologia perde, então, seu papel no processo histórico e, sem nenhuma autonomia, torna-se um mero epifenômeno. Além disso, de acordo com esta concepção, é a posição de classe dos sujeitos que define sua ideologia. Desconhece, no entanto, que é a orientação prática destes sujeitos que vai definir sua racionalidade e não a articulação de um conjunto de idéias abstratas. Desconhece que a racionalidade é articulada em torno de sujeitos coletivos reais (e não de tipos ideais), e que ela é quem dá direção as suas ações. Afinal, os homens se organizam, conhecem a si mesmos, tomam consciência das suas diferenças e conflitos no confronto entre as visões de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto que as vontades coletivas articuladas e organizadas nos vários momentos e conjunturas e em torno de interesses diversos se manifestam nos discursos ideológicos. Ou seja, a ideologia tem uma existência material (produção de mercadorias, em especial), expressa-se nos mais variados espaços da vida, representa as visões de mundo das classes, suas diversas racionalidades.

Sendo, pois, expressão destas várias classes, as ideologias são múltiplas, contraditórias e historicamente constituídas. Por terem força real e serem definidoras das escolhas políticas dos sujeitos sociais, qualquer modificação estrutural para a manutenção ou alteração das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos. Ainda mais que é no campo das ideologias

²⁸ No economicismo, “o desenvolvimento econômico e histórico depende imediatamente das mudanças num determinado elemento importante da produção, da descoberta de uma nova matéria-prima, de um novo combustível, etc., que trazem consigo a aplicação de novos métodos na construção e no acionamento das máquinas (...) A descoberta de novos combustíveis e de novas matérias-primas, tem certamente grande importância porque pode modificar a posição dos Estados, mas não determina o movimento histórico, etc” (GRAMSCI, 1980 p. 35-36).

²⁹ E de acordo com Gramsci, “que importância deve ser atribuída ao “economicismo” no desenvolvimento dos métodos de investigação historiográfica, admitindo-se que o economicismo não pode ser confundido com a filosofia da práxis? Que um grupo de financistas que tem interesse em um país determinado possa guiar a política desse país, atrair a guerra ou finalizá-la é indubitável: contudo, a aceitação desse fato não é ‘filosofia da práxis’, é economicismo histórico, ou seja, é a afirmação de que ‘imediatamente’, ‘ocasionalmente’ os fatos são influenciados por determinados interesses de grupos, etc... Que o ‘aroma do petróleo’ possa provocar graves acontecimentos em um país é também certo, etc, não são, todavia, filosofia da práxis, inclusive podem ser aceitas e feitas por que rechace *in toto* a filosofia da práxis. Pode-se dizer que o fator econômico (entendido no sentido imediato e judaico do economicismo histórico) não é mais do que um dos tantos modos com que se apresenta o mais profundo processo histórico (fator raça, religião, etc.), porém, é esse processo mais profundo o que a filosofia da práxis quer explicar e precisamente por isso é uma filosofia, uma ‘antropologia’, e não um simples dogma de investigação histórica” (1980, p. 232-233).

³⁰ Para Gramsci, “a pretensão (apresentada como postulada essencial do materialismo histórico) de apresentar e de expor cada flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da estrutura, deve ser combatida teoricamente como um infantilismo primitivo, ou praticamente deve ser combatido com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obra política e histórica concreta” (Cadernos do Cárcere, 1975 p. 871).

que os homens adquirem consciência do que são, se organizam e procuram realizar seus projetos.

Isto nos remete à questão da hegemonia, isto é, à capacidade de uma classe fundamental criar uma concepção de mundo própria, autônoma e realizá-la, de constituir-se em Estado.

Neste sentido, os conceitos de ideologia e hegemonia não só têm papel central para pensar a questão da emancipação dos trabalhadores, mas também são categorias importantes de análise da realidade social. Elas permitem perceber como as classes se articulam em torno dos seus projetos e lutam (ou para manterem seus interesses econômicos-corporativos, ou manterem e/ou constroem sua posição hegemônica na sociedade). Revelam o nível de crítica ou submissão que determinada classe tem em relação às outras racionalidades e, conseqüentemente, o nível de consciência desta classe em relação a si mesma e ao processo de construção da sua “*civiltà*”. Por fim, permitem entender os processos históricos sem economicismos e reducionismos, uma vez que a história é um campo de possibilidades, espaço onde a hegemonia de uma classe é mantida ou negada.

Ao tratar da ideologia como visão de mundo, como racionalidade de classe, Gramsci ajuda a compreender como as classes se articulam em torno dos seus projetos e lutam, seja para manter sua posição hegemônica na sociedade, seja para construir um outro tipo de racionalidade. Dessa forma, pode-se melhor entender os caminhos escolhidos pelas classes sociais e suas organizações e o nível de crítica ou integração que determinada classe tem em relação às outras racionalidades. A questão do economicismo ajuda a perceber se os parâmetros e a postura assumidos pela classe trabalhadora levam a sua emancipação política ou à manutenção da sua posição subalterna.

O economicismo, ao naturalizar o capitalismo, permite sedimentar o pacto capital-trabalho. À medida que as instituições e organizações da classe trabalhadora operam dentro da ideologia capitalista promovem sua integração à ordem vigente. A expectativa de chegar ao governo (qualificando-se para ser o gerente de acordo com as regras do jogo) e o abandono da perspectiva classista reforçam ainda mais esta integração.

Desse modo, o desafio que se coloca para a classe trabalhadora é pensar suas organizações como classistas e revolucionárias. Para isso precisa libertar estas organizações das amarras do economicismo e corporativismo, promovendo a integração da prática econômica com a política. Pois, como bem coloca Gramsci (apud DIAS, 2000 p. 74), “*vontade, em termos marxistas, significa consciência dos fins (...) noção exata do próprio poder (...) distinção, individualização da classe, vida política independente da de outra classe*”. As ações para intensificar a cultura e aprofundar a consciência não podem ser adiadas, realizadas apenas quando for conquistado “o poder”. A reforma intelectual e moral das massas cria as bases para o domínio efetivo sobre a produção e a vida. Os trabalhadores ao tomarem consciência do seu poder se capacitam para sua emancipação política e se reapropriam da condução do seu próprio destino.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- DIAS, Edmundo. **Hegemonia: nova civilta ou domínio ideológico?** História & Perspectivas. Uberlândia: Univ. Federal de Uberlândia, n.05: 5-44, jul/dez 1991.
- DIAS, Edmundo. Educação e cidadania: classes e racionalidades. In: ANDES. **Cadernos**. Brasília, n. 10, out. 1993.
- DIAS, Edmundo. **Cidadania e racionalidade de classe**. Universidade e Sociedade. Andes, São Paulo, n. 11, jun. 1995.
- DIAS, Edmundo. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**. Reestruturação produtiva e passivização. Campinas, IFCH/UNICAMP: Textos Didáticos, 1997.
- DIAS, Edmundo. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo, Boitempo, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce**. Civilização Brasileira, 1975. 494p.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GUIMARAES, Juarez. **Marxismo e Democracia - uma crítica ao determinismo, estatismo e "cultura do coletivismo" na tradição socialista**. Campinas: UNICAMP/IFCH (exame de qualificação), 1996.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)**. São Paulo, Hucitec, 1984.